



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda.

Demonstrações Contábeis Societárias

31 de dezembro de 2020
com Relatório dos Auditores Independentes



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda.

Demonstrações Contábeis Societárias

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis societárias ...1

Demonstrações contábeis societárias

Balanco patrimonial.....	4
Demonstração dos resultados.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Demonstração do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis societárias.....	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Acionistas da
DCELT - Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda
Xanxerê - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da DCELT - Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda. (DCELT ou Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DCELT - Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis societárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2021.



Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP
TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP-03.22.67/O-1



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda.

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa equivalentes de caixa	5	7.150	1.233
Contas a receber de clientes	6	14.383	12.466
Impostos e contribuições a recuperar	11	33	25
Estoques		772	625
Serviços pedidos em curso	8	61	1.297
Adiantamentos a fornecedores		235	13
Exposição Involuntária	9	1.275	1.274
Alienação de bens e direitos		894	4.009
Ativos financeiros setoriais	30	2.799	9.483
Outros créditos a receber	10	126	75
		27.728	30.500
Não circulante			
Depósitos judiciais	20	34.305	33.290
Impostos e contribuições a recuperar	11	53	47
Imposto de renda e contr. social diferidos	26	1.877	1.932
Ativo financeiro da concessão	12	3.346	3.073
Intangível	13	22.919	25.516
		62.500	63.858
Total do ativo		90.228	94.358

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Societárias.

Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda.

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	14.739	9.040
Empréstimos e financiamentos	16	248	296
Folha de pagamento		545	552
Impostos e contribuições a recolher	17	8.693	13.548
Dividendos e JSCP		86	86
Obrigações Estimadas	19	2.028	1.741
Encargos do Consumidor	18	6.076	4.559
Passivos financeiros setoriais	30	2.406	9.020
Outras contas a pagar	21	876	804
		35.697	39.646
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	432	663
Provisão processos cíveis, fiscais e trabalhistas	20	38.841	37.378
Imposto de renda e contrib. social diferidos	26	1.138	1.045
Outras contas a pagar	21	28	32
		40.439	39.118
Patrimônio líquido			
Capital social	22	6.388	6.388
Reservas de lucros	22	1.743	1.743
Recursos destinados a Aumento de Capital	22	229	2.770
Lucros acumulados		5.732	4.693
		14.092	15.594
Total do passivo		90.228	94.358

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Societárias.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda.

Demonstração dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto pelo lucro por quota)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	23	103.271	92.577
Custos/Despesas Operacionais			
Energia elétrica comprada para revenda	24	(43.200)	(38.060)
Encargo uso sistema transmissão e distribuição	24	(37.411)	(30.349)
Pessoal	24	(13.935)	(14.634)
Material	24	(1.045)	(1.125)
Serviços de terceiros	24	(2.979)	(2.666)
Depreciação e amortização	24	(1.440)	(1.398)
Arrendamentos e alugueis	24	(736)	(720)
Outros	24	(1.569)	(1.959)
		<u>(102.315)</u>	<u>(90.911)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>956</u>	<u>1.666</u>
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	25	(740)	(924)
Receitas financeiras	25	1.452	910
		<u>712</u>	<u>(14)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>1.668</u>	<u>1.652</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	(481)	(799)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	(148)	(139)
		<u>(629)</u>	<u>(938)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>1.039</u>	<u>714</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Societárias.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Recursos Dest.Aum.de Capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2018	6.388	1.743	540	1.899	10.570
Realização Ef. Adoção IRFS/Novos CPCs	-	-	-	2.080	2.080
Recursos Dest. Aumento de Capital	-	-	2.230	-	2.230
Lucro líquido do exercício	-	-	-	714	714
31 de dezembro de 2019	6.388	1.743	2.770	4.693	15.594
Recursos Dest. a Aumento de Capital	-	-	(2.541)	-	(2.541)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.039	1.039
31 de dezembro de 2020	6.388	1.743	229	5.732	14.092

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Societárias.

Demonstração dos Fluxos de caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.039	714
Ajustado por:		
Juros e encargos financeiros	535	890
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	1.464	2.599
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	55	139
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	92	-
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	27	203
Amortização e baixas do Imobilizado e Intangível	(3.916)	1.398
Lucro ajustado	(704)	5.943
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber de clientes	(1.859)	5.752
Serviços pedidos em curso	1.237	(672)
Depósitos Judiciais	(1.015)	(1.949)
Ativo financeiro da concessão	(273)	2.355
Exposição involuntária	-	(357)
Ativos Financeiros Setoriais	6.684	-
Outros	2.596	(3.947)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	5.699	1.014
Impostos e contribuições a recolher	(4.855)	(4.793)
Encargos do consumidor	1.517	(19)
Passivos financeiros setoriais	(6.614)	(2.921)
Outras contas a pagar	347	(492)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	2.760	(86)
Atividades de investimentos		
Aquisição de Bens e Direitos *	6.513	(2.785)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	6.513	(2.785)
Atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos	-	1.716
Amortização de empréstimos	(814)	(2.361)
Recursos Destinados a aumento de Capital	(2.541)	2.230
Fluxo de caixa líquido originado/aplicado nas atividades de financiamentos	(3.356)	1.045
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.917	1.826
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	1.233	3.059
Saldo no final do exercício	7.150	1.233
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.917	(1.826)

*Refere-se à aquisição de bens do Ativo Imobilizado que no Balanço Societário foi convertido em Intangível.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda.

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	150.148	141.312
Outras receitas operacionais	1.183	2.602
Provisão estimada para créditos liquidação duvidosa e perda créditos incobráveis	(454)	(870)
	<u>150.877</u>	<u>143.044</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custo da energia comprada, CUSD e custo de construção	(81.611)	(68.409)
Serviço de terceiros	(2.979)	(2.666)
Materiais	(1.045)	(1.124)
Outros	(632)	(655)
	<u>(85.267)</u>	<u>(72.854)</u>
Valor adicionado/aplicado bruto	<u>65.610</u>	<u>70.190</u>
Depreciação/Amortização	<u>(1.440)</u>	<u>(1.398)</u>
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	<u>64.170</u>	<u>68.792</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.452	910
Valor adicionado total a distribuir	<u>65.622</u>	<u>69.702</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados	13.936	14.633
Remuneração direta	8.664	9.624
Benefícios	908	866
FGTS/INSS	4.364	4.144
	<u>13.936</u>	<u>14.634</u>
Tributos		
Federais, Estaduais e Municipais	49.172	52.710
Remuneração de capitais de terceiros		
Aluguéis	736	720
Outras despesas financeiras	739	925
	<u>1.475</u>	<u>1.645</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro do exercício	1.039	714
	<u>65.622</u>	<u>69.702</u>



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto onde indicado outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda, nova razão social da antiga Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda, é uma Concessionária de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica, tendo como sua área de concessão legal de 1.252 Km², atendendo 38.837 consumidores em 8 municípios (Xanxerê, Xaxim, Marema, Lajeado Grande, Entre Rios, Bom Jesus e parte dos Municípios de Cordilheira Alta e Ipuacú, todos na Região Oeste, do Estado de Santa Catarina), tendo sua sede no Município de Xanxerê e com escritório regional no município de Xaxim e escritórios itinerantes nos municípios Bom Jesus, Marema, Entre Rios e Lajeado Grande, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem sócios controladores, entre eles, a Netherinvest Participações Ltda., empresa com sede em São Paulo no Estado de São Paulo que tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente no setor de energia elétrica e também outros setores.

2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Dcelt tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, conforme contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 050/1999, firmado em 28 de junho de 1999 entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e a Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela concessionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica da concessão de que esta é titular.

O contrato de concessão e seus aditivos encontram-se disponíveis, na página da ANEEL <http://www.aneel.gov.br>:



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Nº do contrato - 050/1999	Origem - Aneel	UF - SC
Vigente até - 07/07/2045		
Concessionária - Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. - Iguazu Energia		
Documentos - Contrato de Concessão Primeiro Termo Aditivo Segundo Termo Aditivo Terceiro Termo Aditivo Quarto Termo Aditivo Quinto Termo Aditivo		

3. Base de apresentação

3.1 Declaração de conformidade

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração contábil tais como, MW, MWh e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados.

A emissão das Demonstrações Contábeis Societárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2021.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis societárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e b) os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos e de mensuração

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Societárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Contábeis Societárias.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Societárias.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco expressivo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Para os exercícios



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está na nota 12.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para perdas esperadas

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas está descrito na nota 7.

4. Principais Políticas contábeis

4.1. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamentos Técnicos CPC47 – Contratos com Clientes, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, conforme Módulo 4 do PRORET – Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição.

4.2. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4.3. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.4. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

4.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis Societárias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Societárias tomadas em conjunto.

4.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.7. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência (nota 6).

Provisão para perdas esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do seu 'contas a receber' (nota 7).

4.8. Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando necessário, e não excedem o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo intangível e valorizados pelo custo médio de aquisição.

4.9. Ativo Indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos celebrados entre a União (poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B) e são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

1. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor novo de reposição (“VNR”) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
2. Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores (nota 12).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, essa a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produziu efeitos no exercício de 2016, não afetando o resultado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

4.10. Ativos intangíveis

- **Contratos de concessão de serviços**

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

- **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

- **Amortização**

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

4.11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.12. Resultado por quota

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

4.13. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

4.14. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.15. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros, conforme Módulo 4 do PRORET – Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição.

No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Orientação Técnica – OCPC 08 teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

A Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, registrando os valores em Outras Contas a Receber em contrapartida a Receita de Ativo Regulatório no resultado.

4.16. Demonstração dos Resultados Abrangentes

Em nossas Demonstrações Contábeis Societárias, a Dcelt Distribuidora Catarinense de Energia elétrica Ltda., não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

4.17. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Dcelt Distribuidora Catarinense de energia Elétrica Ltda., conforme requerido pela legislação



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

societária brasileira. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis Societárias e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.18. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	<u>7.150</u>	<u>1.233</u>
	<u>7.150</u>	<u>1.233</u>

Os saldos de equivalentes de caixa correspondem ao numerário em trânsito.

6. Contas a Receber de Clientes

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a receber de consumidores faturados	10.876	9.664
Contas a receber de consumidores não faturados	2.532	2.530
Outras	1.047	401
	<u>14.455</u>	<u>12.595</u>
Perdas Estimadas p/Créditos de Liquid. Duvidosa	(394)	(366)
Rendas a receber	322	237
Total de conta a receber de clientes	<u>14.383</u>	<u>12.466</u>

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensuradas pelo custo amortizado.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de atualização monetária pelo IGP-M, juros de 1% pro rata e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso. Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma por idade de vencimento:

Classe do consumidor	2020			Total 2020
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	
Residencial	3.035	740	140	3.915
Industrial	1.697	56	150	1.903
Comércio, Serv.e Outras Atividades	2.294	190	66	2.550
Rural	1.261	307	83	1.651
Poder Público	230	15	1	246
Iluminação Pública	377	-	-	377
Serviço Público	234	-	-	234
Subtotal	<u>9.128</u>	<u>1.308</u>	<u>440</u>	<u>10.876</u>

Fornecimento não Faturado	2.532	-	-	2.532
Serviço Taxado	-	47	10	57
Outras	769	156	11	936
Encargo de Uso da Rede Elétrica	54	-	-	54
	12.483	1.511	461	14.455

Classe do consumidor	2019			Total 2019
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	
Residencial	2.812	782	68	3.662
Industrial	1.287	129	241	1.657
Comércio, Serv.e Outras Atividades	2.004	186	38	2.228
Rural	1.051	208	52	1.311
Poder Público	250	25	-	275
Iluminação Pública	322	3	-	325
Serviço Público	206	-	-	206
Subtotal	7.932	1.333	399	9.664
Fornecimento não faturado	2.530	-	-	2.530
Serviço Taxado	-	52	6	58
Outras	110	91	10	211
Encargo de Uso da Rede Elétrica	132	-	-	132
	10.704	1.476	415	12.595

7. Provisão para Perdas Esperadas (PELCD)

É estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que não há perspectiva de realização dos valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

	2020			
	2019	Provisões Adições	(Reversão)	2020
Contas a receber de consumidores faturados	366	4.492	(4.464)	394
Total circulante	366	4.492	(4.464)	394



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

	2019			
	2018	Provisões Adições	(Baixas)	2019
Contas a receber de consumidores faturados	163	2.907	(2.704)	366
Total circulante	163	2.907	(2.704)	366

	2020			2019		
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia	13.408	(375)	13.033	12.194	(351)	11.843
Comercializ. energia-CCEE	593	-	593	-	-	-
Disponibilidade rede elétrica	54	-	54	132	-	132
Outros recebíveis	721	(19)	702	505	(15)	490
Total	14.776	(394)	14.382	12.831	(366)	12.465
Ativo circulante			14.382			12.465

Fornecimento de energia

As contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreendem os recebíveis oriundos da distribuição e comercialização de energia elétrica.

A composição das contas a receber de fornecimento de energia por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2020		2019	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	3.915	(141)	3.663	(68)
Industrial	1.904	(149)	1.657	(212)
Comercial	2.550	(52)	2.227	(33)
Rural	1.650	(32)	1.310	(38)
Poderes públicos	246	(1)	275	-
Iluminação pública	377	-	326	-
Serviços públicos	234	-	206	-
Não faturado	2.532	-	2.530	-
Total	13.408	(375)	12.194	(351)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2020		2019	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de crédito esperadas
A vencer	11.659	(262)	10.466	(302)
Saldos vencidos:				
90 dias	1.309	(14)	1.329	(6)
Entre 91 e 180 dias	67	(42)	23	(10)
Entre 181 e 360 dias	99	(8)	54	(18)
Acima de 361 dias	274	(49)	322	(15)
Total	13.408	(375)	12.194	(351)

Como podemos observar no quadro acima, o 'contas a receber' vencido foi impactado pelos efeitos decorrentes da pandemia do COVID-19. No exercício de 2020, os saldos vencidos aumentaram em R\$ 21 (R\$ 64 da baixa líquida efetiva dos recebíveis incobráveis). Os reflexos são reconhecidos na perda de crédito esperada demonstrada no quadro abaixo:

Variação das perdas de créditos esperadas - PCE

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	(366)	(163)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(46)	(235)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	18	31
Saldo final do exercício	(394)	(366)

Em 31 de dezembro de 2020, as Perdas de Crédito Esperada – PCE, totalizaram R\$ 46 (R\$ 235 em 31 de dezembro de 2019).

Políticas contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas.

A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A companhia mensura as perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes de curto prazo por meio de utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

A constituição da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos e compreende resumidamente em:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

8. Serviços pedidos em curso

O saldo de R\$ 61 (R\$ 1.297 em 31/12/2019) refere-se aos valores do projeto em andamento do Programa de Eficiência Energética – PEE Gestão e que assim que concluídos são compensados com valores registrados no passivo, e Ordens em Curso de Manutenção de Redes Elétrica.

9. Subvenção CDE

O saldo em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 1.275 (R\$ 1.274 em 31 de dezembro de 2019) compreende aos Créditos CDE a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A ANEEL homologa o montante mensal de recursos da CDE a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, considerando o que determina a Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

10. Outros créditos a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Subvenção baixa renda	58	35
Despesas Pagas Antecipadamente	23	40
Desativações em Curso	45	-
	<u>126</u>	<u>75</u>

11. Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
ICMS (a)	33	53	25	47
	<u>33</u>	<u>53</u>	<u>25</u>	<u>47</u>

- (a) Refere-se ao ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado e que será recuperado à razão de 1/48 (um quarenta e oito avos), de acordo com o Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, alterado pela Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

12. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada a taxa de 8,09% por meio do denominado WACC regulatório (líquido de impostos), que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	2020			
	2019	Adições	Baixas	2020
Ativo financeiro	3.073	273	-	3.346
Intangível	25.515	6.388	(8.984)	22.919
Total	28.588	6.661	(8.984)	26.265

	2019			
	2018	Adições	Baixas	2019
Ativo financeiro	5.428	145	(2.500)	3.073
Intangível	24.129	6.943	(5.556)	25.516
Total	29.557	7.088	(8.056)	28.589

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

(a) Valor novo de reposição

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

(b) Obrigações Especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber:

- Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e
- Os demais recursos se enquadram na Resolução ANEEL 414/2010, com suas alterações posteriores e que constam na página da ANEEL de forma compilada.

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante da Contabilidade Regulatória, estão apresentadas na Contabilidade societária como dedução do Ativo Não Circulante - Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras.

13. Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

		2020			
	Taxas anuais médias pond. de amortiz. (%)	Custo	Amortização	Transf. para Ativo Financeiro	Valor líquido
Em serviço	4,23%	23.395	(6.675)	2.983	19.703
Em curso	-	2.121	-	1.095	3.216
		25.516	(6.675)	4.078	22.919

2019					
	Taxas anuais médias pond. de amortiz. (%)	Custo	Amortização	Transf. para Ativo Financeiro	Valor líquido
Em serviço	4,23%	22.452	(5.320)	6.263	23.395
Em curso	-	1.677	-	444	2.121
		24.129	(5.320)	6.707	25.516

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2028, conforme ICPC01. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

2020						
	2019	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	2020
Em Serviço	33.351	(2.700)	(2.596)	-	-	28.055
(-) Amortização	(9.957)	1.606	-	-	-	(8.351)
Total em serv.	23.394	1.094	(2.596)	-	-	19.704
Em curso	2.121	13.380	(12.286)	-	-	3.215
	25.515	12.286	(14.882)	-	-	22.919

2019						
	2017	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	2018
Em Serviço	33.807	5.100	(5.556)	-	-	33.351
(-) Amortização	(11.355)	1.398	-	-	-	(9.957)
Total em serv.	22.452	6.498	(5.556)	-	-	23.394
Em curso	1.677	12.261	(11.817)	-	-	2.121
	24.129	18.759	(17.373)	-	-	25.515

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até o fim do novo prazo de concessão, ou seja, até 7 de julho de 2045, conforme ICPC01

- (a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço da concessão.
- (b) As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	2020	2019
Obras em andamento	1.591	615
Materiais em depósito	1.624	1.506
	3.215	2.121

Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

14. Partes relacionadas e Garantias das partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado do período.

As transações entre a Companhia e seus sócios controladores referem-se exclusivamente a avais, em operações usuais de financiamentos com instituições financeiras.

Consequentemente, não causam nenhum efeito sobre o resultado e a posição financeira da empresa.

A Companhia tem seus avalistas, os sócios controladores e/ou seus diretores, em montante do passivo para os contratos de financiamento abaixo listados:

Instituição	Posição 31/12/2020	% do aval	Início	Término	Avalistas
Banco do Brasil	403	100	dez/13	set/24	Netherinvest Participações Ltda e Joaquim Salles Leite Filho
Total	403				

15. Fornecedores

	2020	2019
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.433	2.262
Celesc Distribuição S/A	7.480	2.156
Focus Energia Ltda	3.900	3.478
Materiais	74	62
Serviços	168	517
Materiais e Serviços de imobilizado	684	565
	14.739	9.040

16. Empréstimos e financiamentos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
B.N.D.E.S.	-	18
Luz Para Todos	-	8
FINAME	403	547
Outras operações	277	386
	<u>680</u>	<u>959</u>
Parcela de circulante	248	296
Parcela de não circulante	432	663



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

16.1 Composição e condições pactuadas

Instituições financeiras / credores*	Captação	% - Juros	Índice de correção	Saldo	Circulante	Não Circulante
CCB	441	0,36% am	CDI	248	122	126
FINAME	1.259	4,50% aa	Pré-fixado	432	155	277
				680	277	403

*valores em moeda nacional na data de 31-12-2020

Instituições financeiras / credores**	Captação	% - Juros	Índice de correção	Saldo	Circulante	Não Circulante
B.N.D.E.S	1.349	1,00% am	-	18	18	-
Luz p/ todos	249	0,93% am	-	8	8	-
CCB	441	0,50% am	CDI	386	126	260
FINAME	1.259	4,50% aa	Pré-fixado	547	144	403
				959	296	663

**valores em moeda nacional na data de 31-12-2019



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

16.2. Movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas (líquido dos custos a amortizar):

Instituições financeiras / credores	Saldo inicial - 31/12/2018	Ingressos	Encargos	Baixas de principal	Baixas de juros	Saldo final - 31/12/2019	Ingressos	Encargos	Baixas de principal	Baixas de juros	Saldo final 31/12/2020
B.N.D.E.S.	258	-	5	(184)	(61)	18	-	-	(13)	(5)	-
Luz p/Todos	31	-	-	(22)	(1)	8	-	-	(8)	-	-
FINAME/CCB	965	445	255	(613)	(129)	933	-	46	(248)	(51)	680
	1.254	445	260	(819)	(191)	959	-	46	(269)	(56)	680



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

16.3. Composição da parcela do não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos (em R\$ mil):

<u>Ano</u>	<u>FINAME</u>	<u>Outras operações</u>	<u>Total</u>
2022	126	108	234
2023	126	47	173
2024	25	-	25
	<u>277</u>	<u>155</u>	<u>432</u>

16.4. Garantias

As linhas de empréstimos e financiamentos possuem como garantia os próprios bens, cessão fiduciária de recebíveis e aval dos sócios quotistas controladores.

17. Impostos e contribuições a recolher circulante e não circulante

<u>Circulante</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
ICMS	7.623	12.039
INSS	251	460
FGTS	100	107
Programa de Integração Social – PIS	105	90
Contribuição Financ. da Seguridade Social – COFINS	484	415
Contribuição Social s/ Lucro Líquido – CSLL	27	116
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	92	309
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF de terceiros	7	8
Imposto Sobre Serviço – ISS	4	4
	<u>8.693</u>	<u>13.548</u>

PIS e COFINS: A Companhia aderiu a prorrogação de vencimento do PIS e COFINS, para as competências março, abril e maio de 2020, conforme Portarias do Governo Federal nº 139 e 254 de 2020, os quais foram recolhidos a partir de agosto de 2020.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

18. Encargos do consumidor a recolher

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.658	-
Fundo Nac. Desenv. Científico e Tecnológico-FNDCT	26	34
Ministério de Minas e Energia - MME	13	17
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (a)	1.019	781
Programa de Eficiência Energética – PEE (a)	2.498	2.662
Programa de Eficiência Energética – PROCEL	152	180
Bandeiras Tarifárias	710	885
	<u>6.076</u>	<u>4.559</u>

- (a) Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à Pesquisa e Desenvolvimento e nº 300/08, referente ao Programa de Eficiência Energética e pela Medida Provisória 998 de 1º de setembro de 2020. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em curso, e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D e PEE.

19. Obrigações estimadas

O valor de R\$ 2.028 (R\$ 1.741 em 31/12/2019), refere-se à provisão de férias, vencidas e a vencer proporcionais, exigíveis na data do balanço, e seus respectivos encargos sociais sobre as provisões, devidos pela Companhia.

20. Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

a) A composição da provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

	31/12/2020			31/12/2019		
	Passivo Valor da provisão	Ativo Depósitos judiciais	Provisão líquida	Passivo Valor da provisão	Ativo Depósitos judiciais	Provisão líquida
Processos judiciais						
Celesc	34.301	34.301	-	33.264	33.264	-
Cemid	2.200	-	2.200	2.200	-	2.200
Cíveis	2.191	4	2.187	1.516	26	1.490
Regulatórios	-	-	-	318	-	318
Trabalhistas	150	-	150	80	-	80
	38.842	34.305	4.537	37.378	33.290	4.088
Não circulante	38.842	34.305	4.537	37.378	33.290	4.088
	38.842	34.305	4.537	37.378	33.290	4.088

b) A movimentação dos processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

	Saldo inicial 31/12/2018	Adição	Reversão	Saldo final 31/12/2019	Adição	Reversão	Saldo final 31/12/2020
Cíveis	929	17.669	(17.082)	1.516	19.408	(18.733)	2.191
	929	17.669	(17.082)	1.516	19.408	(18.733)	2.191

	Saldo inicial 31/12/2018	Adição	Reversão	Saldo final 31/12/2019	Adição	Reversão	Saldo final 31/12/2020
Trabalhistas	-	640	(560)	80	1.120	(1.050)	150
	0	640	(560)	80	1.120	(1.050)	150

	Saldo inicial 31/12/2018	Adição	Reversão	Saldo final 31/12/2019	Adição	Reversão	Saldo final 31/12/2020
Regulatórias	318	-	-	318	-	(318)	-
	318	-	-	318	-	(318)	-

Os valores acima não foram considerados com o acréscimo de correção monetária, juros e honorários advocatícios, com exceção do processo da CELESC cujo o valor foi obtido junto a 1ª Vara Cível da Comarca de Xanxerê.

Celesc

Refere-se a discussão judicial referente ao prazo do Contrato de Compra e Venda de Energia elétrica – período de janeiro a julho de 2008.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Cemid

Refere-se ao Processo Judicial nº 98.60.000872-8, que tramita perante a Vara da Justiça Federal em Chapecó, SC, no qual se discute o valor das redes de distribuição de energia elétrica da Cooperativa Mista de Desenvolvimento Regional, Ltda. - CEMID, encampada através da Resolução ANEEL nº 155, de 12.05.98. O referido processo encontra-se no Tribunal Regional da 4ª Região aguardando julgamento.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por reclamações ajuizadas por ex-empregados da Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros e estão classificadas pelo jurídico como remotas.

Cíveis

A Companhia possui processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

21. Outras contas a pagar

	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contribuição de iluminação pública	318	-	312	-
Ajustes de faturamento	120	-	80	-
Suprimento – Micro geração	1	-	122	-
Multas do ICMS parcelado	13	-	25	-
Aluguéis	66	-	26	-
Contribuições financeiras	15	-	15	-
Juros do ICMS parcelado	35	-	196	-
Bônus Itaipu receb. da Eletrobrás	-	-	5	-
Retenção de quotas da RGR	5	28	5	31
Indenizações Trabalhistas	229	-	-	-
Taxa de Fiscalização	8	-	8	-
Outros	66	-	10	-
	876	28	804	31

Contribuições financeiras - cobradas nas contas de energia elétrica, que de acordo com os contratos firmados serão repassados a diversas entidades.

Ajustes de faturamento - é composto de pagamentos efetuados em duplicidade, compensação de DIC/FIC, DIC/FIC/DMIC, etc., os quais são repassados aos consumidores através do faturamento.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 6.388 (R\$ 6.388 em 31 de dezembro de 2019), representado por 25.966 quotas, cuja composição por quotista é a seguinte:



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Quotistas	Quotas	%
Netherinvest Participações Ltda.	16.987	65,42%
Joaquim Salles Leite Filho	6.765	26,05%
Outros	2.214	5,53%
	25.966	100,00%

b) Reserva de Lucros

A reserva apresentada refere-se a decisão em ATA da AGO/AGE datada de 14/09/2005, devido a Lei 10.848 de 15/04/2014 que determinava a segregação da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica, que resultou na redução do Capital Social com quotas que se encontravam em tesouraria. A referida segregação de atividade foi homologada através da Resolução Homologatória nº 1034 de 27/07/2010. A reserva de Lucros poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

c) Realização Efeitos Adoção IRFS/Novos CPCs

Remensuração dos efeitos dos impostos diferidos calculados sobre ativo financeiro da concessão.

23. Receita operacional

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecimento de energia	128.172	125.569
Outras receitas (b)	23.497	18.227
	151.669	143.796
<u>Receita de construção</u>		
Receita de construção (a)	7.595	7.123
	7.595	7.123



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Tributos sobre a receita operacional bruta

Imposto s/ circulação de mercad. e serviços – ICMS	(29.762)	(28.126)
Programa de integração social – PIS	(2.603)	(2.375)
Contrib.p/ financ. da seguridade social - COFINS	(11.991)	(10.939)
Imposto sobre serviços - ISS	(10)	(12)

Encargos regulamentares da concessão

Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(236)	(179)
Programa de eficiência energética -PEE	(508)	(359)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(6.720)	(4.558)
Taxa de Fiscaliz. dos Serv. de Energia Elétrica– TFSEE	(100)	(97)
Fundo nac. de desenv. Científ. e tecnológico–FNDCT	(182)	(179)
Ministério de Minas e Energia – MME	(91)	(89)
Bandeiras Tarifárias	(395)	(1.618)
Demais Ativos e Passivos Financeiros - Neutralidade	4.200	(2.688)
	<u>(48.398)</u>	<u>(51.219)</u>

Custo de construção

Custo de construção (a)	(7.595)	(7.123)
-------------------------	---------	---------

Receita operacional líquida

103.271	92.577
----------------	---------------

- (a) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada quando houver necessidade. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

(b) Os saldos de Outras Receitas são compostos por:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Serviço Taxado	311	397
Serviços de administração, faturamento e arrecadação de convênios e serviços solicitados pelo consumidor	556	611
EUSD - Consumidores Livres	21.329	16.205
Aluguel de postes	979	804
Subvenções vincul. ao serviço conced. - Baixa renda	322	210
	<u>23.497</u>	<u>18.227</u>



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	Nº de consumidores (valores não auditados)		MWh (valores não auditados)		R\$ mil	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Residencial	28.032	27.234	66.097	62.024	31.300	30.241
Industrial	1.275	1.144	30.103	31.400	24.986	23.084
Comercial, Serviços	4.354	4.240	41.545	41.680	19.209	19.703
Rural	4.718	4.641	38.531	36.702	14.638	13.336
Poder Público	405	402	4.092	5.003	2.021	2.491
Iluminação Pública	7	7	9.591	9.851	2.540	2.704
Serviço Público	46	44	4.297	4.383	1.593	1.638
(-) Exc. demanda (c)	-	-	-	-	(3.694)	(3.039)
Subtotal	38.837	37.712	194.256	191.043	92.593	90.158
ICMS Faturado	-	-	-	-	29.762	28.126
PIS Faturado	-	-	-	-	2.603	2.375
COFINS Faturado	-	-	-	-	11.991	10.939
Fornec. não faturado	-	-	-	-	(50)	302
	38.837	37.712	194.256	191.043	136.899	131.900



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

24. Custos do serviço e despesas operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Energia elétrica comprada para revenda (e)	43.200	38.060
Encargo de uso do sist. de transmis. e distribuição	37.411	30.349
Pessoal (a)	13.935	14.634
Material (b)	1.045	1.125
Serviços de terceiros (c)	2.979	2.666
Depreciação e amortização	1.440	1.398
Arrendamentos e alugueis (d)	736	720
Outros (f)	1.569	1.959
	102.315	90.911
a) Pessoal		
	31/12/2020	31/12/2019
Remunerações	11.145	11.743
Encargos sociais	3.819	4.144
Auxílio alimentação	347	290
Convênio assistencial e outros benefícios	560	531
(-) Transferências para imobilizações em curso	(1.936)	(2.074)
	13.935	14.634
b) Materiais		
	31/12/2020	31/12/2019
Manutenção do Sistema Elétrico e Equipamentos	735	781
Reparos, limpeza e uniformes e ferramentas	52	87
Peças, Acessórios e Combustível para Veículos	323	701
Material de Expediente	77	66
(-) Transferências para Contas Patrimoniais	(142)	(510)
	1.045	1.125
c) Serviços de terceiros		
	31/12/2020	31/12/2019
Consultoria e auditoria	245	351
Manutenção do sistema elétrico e equipamentos	537	571
Limpeza, conservação de prédios e segurança	45	35
Conserto e conservação de veículos	96	201
Processamento de dados	738	647
Comunicação, correios, reprografias e publicidades	480	441
Fretes, passagens, hospedagem e alimentação	16	99



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Progr. de controle médico da saúde ocupacional	26	30
Formação profissional de empregados	2	19
Honorários advocatícios	832	422
(-) Transferências para contas patrimoniais	(38)	(150)
	<u>2.979</u>	<u>2.666</u>

d) Arrendamentos e aluguéis

Valor de R\$ 736 em 2020 (R\$ 720 em 2019) compreende ao contrato de locação com a empresa Dimetal Distribuidora de Produtos Metalúrgicos Ltda., de imóveis urbanos situados na cidade de Xanxerê - SC, com prazo de 36 meses a partir de 01/12/2018, reajustados pelo IGPM, com anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 876 de 26/03/2013.

e) Energia elétrica comprada para revenda

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, está sendo somado junto com a energia elétrica comprada para revenda, de acordo com o que determina o Ofício Circular Nº 2.775/2008-SFF/ANEEL de 24/12/2008.

	MWh		Uso do sistema de distribuição			
	(valores não auditados*)		CUSD – 2020		CUSD – 2019	
	31/12/2020	31/12/2019	F.		F. Ponta	
			Ponta	Ponta	Ponta	F. Ponta
Celesc Distrib. S/A	-	-	606.881	654.488	537.983	572.983
Focus Energia Ltda	149.040	140.334	-	-	-	-
ITAIPÚ	43.905	45.521	-	-	-	-
PROINFA	4.464	4.570	-	-	-	-
Outras Fontes de Energia	21.121	42.568	-	-	-	-
Total	218.530	232.993	606.881	654.488	537.983	572.983

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

f) Outras despesas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Seguros	17	35
Tributos e contribuições Municipais, Estaduais e Federais e taxas diversas	89	70
Doações, contribuições e subvenções	28	31
Provisão estimada p/ créditos de liquidação duvidosa	27	203
Recuperação de despesas e recuperação de materiais de mant. aplicados na rede de distrib. de energia (a)	(140)	(81)
Provisão para causas cíveis	427	666
Consumo próprio de energia elétrica	46	48
Assinaturas de livros, revistas e informativos fiscais	2	3
Pesquisa da satisfação do consumidor	-	10
Danos elétricos pagos aos consumidores	290	255
Conselho de Consumidores	7	9
Desativação de redes	483	435
Outras despesas	293	276
	<u>1.569</u>	<u>1.960</u>

- (a) Recuperação de despesas e recuperação de materiais de manutenção aplicados na rede de distribuição de energia, que não constitui uma Unidade de Cadastro - UC, conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Portaria DNAEE n.º 815 de 30 de novembro de 1994.

25. Resultado financeiro

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Acréscimo moratório de venda de energia	828	743
Variações monetárias	676	170
Outras receitas	(53)	(3)
	<u>1.451</u>	<u>910</u>
Variações monetárias	(93)	(94)
Encargos de dívidas	(1)	(25)
Juros passivos	(453)	(774)
Total	<u>(547)</u>	<u>(893)</u>



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Varição Cambial – Receita	(552)	160
Varição Cambial - Despesa	360	(191)
Total	(192)	(31)
Total Líquido	712	(14)

26. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

a) Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo não circulante	1.877	1.931
Passivo não circulante	(1.138)	(1.045)

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável:



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

	Balanco Patrimonial		Resultado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para processos judiciais e outros	1.542	1.390	1.542	1.390
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	134	124	134	124
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	201	418	201	418
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	1.877	1.932	1.877	1.932

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano	31/12/2020	31/12/2019
2021	555	1.155
2022	621	609
2023	621	84
2024	40	83
2025	40	-
	1.877	1.931

A Companhia submeteu para aprovação o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários. As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
IMPOSTOS CORRENTES				
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	1.669	1.669	1.652	1.652
Adições/Exclusões:	(183)	(183)	765	781
_ Provisão para contingências	427	427	666	666
_ Prov.estim.p/crédito de liquid.duv.	27	27	203	203
_ Compensação Prejuízo Fiscal	(637)	-	(1.036)	-
_ Outras Exclusões	-	-	932	953
_ Compensação Base Negativa	-	(637)	-	(1.041)
Base de Cálculo	1.486	1.486	2.417	2.432
Alíq.Fiscal de 15% p/IRPJ e 9% p/CSLL	223	134	362	219
Adicional de 10% s/o que ultrap. 240.000,00	124	-	218	-
Impostos Correntes Devidos	347	134	580	219
Total da provisão corrente registrada		481		799
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
IMPOSTOS DIFERIDOS				
Ativo Fiscal Diferido	(34.305)	(34.305)	(33.290)	(33.290)
Ativo Financeiro da Concessão	(273)	(273)	-	-
Passivo Fiscal Diferido	39.235	39.235	37.744	37.744
Prejuízo Fiscal (Parte B do LALUR)	286	-	923	-
Base negativa da CSLL	-	1.436	-	2.073
	4.943	6.093	5.377	6.527
Impostos Diferidos Devidos	1.235	548	1.344	587
Impostos Dif. no Exercício Anterior	(1.344)	(587)	(1.446)	(625)
Provisão Diferida Registrada	(109)	(39)	(102)	(37)
Total da provisão diferida registrada		(148)		(139)

A forma de apuração de cálculo dos tributos dos anos de 2020 e 2019 foi pelo lucro real estimativa.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

27. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio. O critério de avaliação é pelo valor justo e por meio do resultado:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	7.150	7.150	1.233	1.233
Contas a receber de clientes	14.383	14.383	12.465	12.465
Depósitos judiciais	34.305	34.305	33.290	33.290
Ativo financeiro da concessão	(28.358)	(28.358)	(23.017)	(23.017)
	<u>27.480</u>	<u>27.480</u>	<u>23.971</u>	<u>23.971</u>
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	14.739	14.739	9.040	9.040
Empréstimos e financiamentos	680	680	959	959
	<u>15.419</u>	<u>15.419</u>	<u>9.999</u>	<u>9.999</u>

a. Política de utilização de derivativos

A Companhia utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

b. Valor justo dos ativos financeiros

Os saldos contábeis compreendem aos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e não saldos que apresentem diferenças entre o valor contábil e de mercado dos ativos e passivos:

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. A hierarquia de valor justo do ativo financeiro de concessão é 2.
- **Fornecedores** – decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Derivativos** – são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

d. Fatores de risco

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia, a Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.
- **Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota nº 16. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.
- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado serão renegociados.
- **Risco Cambial** – Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente não há exposição ao câmbio em sua dívida.
- **Risco de vencimento antecipado** - A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos que requerem o cumprimento de covenants.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros** - As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia.
- **Risco de Escassez de Energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita, mas não comprometeria o resultado da empresa na mesma proporção.

e. Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos financiamentos contratados.

28. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

Energia Contratada	Vigência	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Focus Energia, ITAIPU, PROINFA, Angra, Outras Cotas	2014 a 2032	150.153	181.815	302.300	302.300	347.600



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Energia Total Adquirida em 2020	253.384
Liquidação na CCEE	(3.231)
Energia Bruta adquirida em 2020	250.153
MVE – Mecanismo de Vendas Excedentes*	(31.622)
Energia Líquida Adquirida em 2020	218.531

*Resolução Normativa ANEEL Nº 893 de 1º de setembro de 2020.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCVEE, e foram homologados pela ANEEL.

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

29. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Ramo do Seguro	Vencimento das Apólices	Importância Segurada	Prêmio Total
Veículos (a)	20/08/2021	100% Fipe	26

(a) 35 veículos próprios segurados, conforme apólices.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

30. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica. A Companhia adota o regime caixa para a contabilização dos lançamentos na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais 25 e 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade e as Normas Contábeis adotadas no Brasil, a Companhia reverteu em 2010 integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios.

A partir de 15 de dezembro de 2015, com a assinatura do aditivo ao contrato de concessão da Companhia, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a Companhia teria registrado em suas demonstrações contábeis societárias de 2019 os seguintes saldos de ativos e passivos regulatórios, bem como, que os saldos registrados em 31 de dezembro de 2020 são a seguir apresentados:



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

	2020		2019	
	DELTA	SELIC	DELTA	SELIC
Ativo				
Reajuste tarifário de 2019 em compensação				
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	198	1	1.210	29
(-) Conta de Desenvolvimento Energético – CDE – COVID	(377)	-	-	-
Programa de incen. a fontes alternat. de energia-CVA Proinfa	-	-	146	-
Programa de incen. a fontes alternat. de energia-Proinfa-COVID	185	-	-	-
Custos de energia elétrica comprada para revenda - CVA energ.	781	1	4.714	424
(-) Custos de energia elétrica comprada para revenda – COVID	(3.393)	-	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu Binacional	20	-	63	12
(-) Transporte de energia elétrica - Itaipu Binacional – COVID	(86)	-	-	-
Encargo de Serviços do Sistema – CVA ESS	-	-	30	-
(-) Encargo de Serviços do Sistema – ESS – COVID	1.062	-	-	-
Transporte de energia pela rede básica	2	-	-	-
(-) Transporte de energia pela rede básica – COVID	(8)	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	387	-
Risco Hidrológico	566	-	-	-
	(1.050)	2	6.550	465
Varição capturada para reajuste tarifário em 2020				
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	178	-	165	127
Programa de incen. a fontes alternat. de energia-CVA Proinfa	49	-	-	-
Custos de energia elétrica comprada para revenda - CVA energ.	2.413	198	1.671	423
Transporte de energia elétrica - Itaipu Binacional	86	-	51	11
Transporte de energia pela rede básica	55	1	18	2
Neutralidade da Parcela A	672	2	-	-
Ajuste de Subsídio CDE	193	-	-	-
	3.646	201	1.905	563
TOTAL	2.596	203	8.455	1.028



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

	2020		2019	
	DELTA	SELIC	DELTA	SELIC
Passivo				
Reajuste tarifário de 2019 em compensação				
Conta de desenvolvimento energético - CVA CDE	-	-	107	17
(-) Conta de desenvolvimento energético – CDE – COVID	466	-	-	-
Custos de energia elétrica comprada p/revenda-CVA energ.	-	-	71	-
(-) Custos de energia elétrica comprada p/revenda – COVID	219	-	-	-
Progr.de incentivo a fontes alternat.de energia-CVA Proinfa	55	-	-	-
(-) Progr.de incentivo a fontes alternat.de energia-Proinfa - COVID	(55)	-	-	-
Transporte de energia pela rede básica	-	-	11	-
Transporte de energia elétrica – Itaipú Binacional	-	-	2	-
(-) Transporte de energia elétrica – Itaipú Binacional – COVID	4	-	-	-
Encargo de Serviço do sistema - CVA ESS	367	1	1.641	176
(-) Encargo de Serviço do sistema – ESS – COVID	(644)	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	86	-	-	-
Neutralidade da Parcela A – COVID	364	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	644	-	-	-
Sobrecontratação de energia – COVID	399	-	-	-
Antecipação da Parcela B – COVID	149	-	-	-
Ajuste de CUSD	75	-	-	-
	2.129	1	1.832	193
Varição capturada para reajuste tarifário em 2020				
Encargo de uso do sistema - CVA CDE	-	-	516	46
Custos de energia elétrica comprada p/revenda-CVA energ.	275	1	-	-
Progr.de incentivo a fontes alternat.de energia-CVA Proinfa	-	-	40	1
Encargo de Serviço do sistema - CVA ESS	-	-	563	160
Neutralidade da Parcela A	-	-	428	-
Sobrecontratação de energia	-	-	1.187	-
Devoluções Tarifárias	-	-	3.040	-
Demais passivos financeiros setoriais	-	-	1.014	-
	275	1	6.788	207
TOTAL	2.404	2	8.620	400



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

31. Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR

Em consonância com a Resolução Normativa nº 605 da ANEEL publicada em 11 de março de 2014, a Companhia divulgará as suas Demonstrações Contábeis Regulatórias - “DCR”, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 até 30 de abril de 2021 no seguinte sítio www.dcelt.com.br.

32. Impactos do Novo Coronavírus

A Administração da Companhia analisou os riscos e incertezas relacionadas à pandemia da COVID-19 e não identificou impactos que requeressem ajustes sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020, no tocante à recuperabilidade de seus ativos.

Para enfrentar o estado de calamidade pública atinente à pandemia de Coronavirus (Covid-19), a Companhia recebeu o valor de R\$ 6.891.933,38 captados pela CCEE, os quais, 3.374.184,58 já foram compensados no reajuste tarifário de 2020, restando o valor de R\$ 3.517.748,80 a ser compensado na próxima Revisão Tarifária conforme art. 6º da Resolução Normativa 885 de 23 de junho de 2020.

33. Eventos Subsequentes

Propagação do Novo Coronavírus (Covid-19)

Desde o início do ano de 2020, acompanhamos a propagação no Novo Coronavírus (“Covid-19”) ao redor do mundo, o que gerou grandes mudanças nas mais diversas esferas em maior ou menor escala. A Companhia efetuou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid-19 e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre essas as demonstrações financeiras.

Não é possível, neste momento, mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do Covid-19, e a Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desta situação.

Para enfrentar o estado de calamidade pública atinente à pandemia de Coronavirus (Covid-19), a Companhia recebeu o valor de R\$ 6.891.933,38 captados pela CCEE, os quais, 3.374.184,58 já foram compensados no reajuste tarifário de 2020, restando o valor de R\$ 3.517.748,80 a ser compensado na próxima Revisão Tarifária conforme art. 6º da Resolução Normativa 885 de 23 de junho de 2020.

A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Amarela para os meses de janeiro a março de 2021, resultado de análises do cenário hidrológico do país.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

A emissão das Demonstrações Contábeis Regulatórias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2021.

DIRETORIA EXECUTIVA

Joaquim Salles Leite Filho
Diretor Presidente

Ana Paula Torres
Diretora

Antonio Claudio Baldissera
Diretor

Wagner Luiz Teles
Contador
CRC 1SC16365
CPF 607.476.769-68



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIO - 2020

1 – MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

1.1 – SENHORES QUOTISTAS

A Administração da **DCELT** tem a satisfação de submeter à apreciação de todos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com a Legislação Societária e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, relativas ao exercício social, findo em 31 de dezembro de 2020.

O presente relatório demonstra um extrato das principais atividades desenvolvidas no ano de 2020, a capacidade técnica e administrativa da empresa, o valor de seu acervo e de seu quadro de pessoal, empreendendo esforços para garantir um fornecimento de energia elétrica, seguro e confiável, com índices de qualidade satisfatórios, mantendo uma política administrativa de austeridade.

Neste último ano nos tornamos **DCELT DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA**, e este reencontro com nossa natureza Catarinense trouxe junto com essa mudança inovações e melhorias necessárias que os consumidores de nossa área de concessão merecem e esperam.

A **DCELT** veio e se reinventou em posicionamento de gestão, controle, investimentos e principalmente em comunicação com os consumidores. Observa-se já uma cultura mais jovem e moderna focando em investimentos que visam sempre a melhoria da qualidade, no atendimento de seus consumidores e participação na sociedade.

O ano de 2020 foi um desafio e um sucesso para a DCELT, pois, apesar da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID 19), pandemia esta que ceifou vidas em todo nosso País, trabalhamos incansavelmente para que a energia chegasse com segurança a casa, comercio e indústria de cada consumidor de nossa área de concessão.

Para isso, readequamos todos os protocolos de segurança e em especial os novos contra a COVID_19, protegendo tanto a equipe interna da DCELT quanto todos nossos clientes. Além disso, reorganizamos e implantamos novos canais de comunicação digital para o



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

melhor atendimento virtual, tão necessário para o cumprimento das normativas de distanciamento social.

Nossos colaboradores assimilaram de imediato a necessidade da implementação dos protocolos de segurança contra a COVID-19, e não tivemos nenhuma gravidade de COVID-19 com nossos colaboradores.

A dedicação de cada um foi e é importante neste momento triste vivido em todo País e continuamos no trabalho dedicado para levar energia com qualidade e segurança.

1.2 – SISTEMA DA GARANTIA DA QUALIDADE

No ano de 2020 a **DCELT** manteve sua política da qualidade e aprimoramento da mesma, buscando sempre o apoio e valorizando as sugestões dos seus colaboradores, tendo como prioridade sua divulgação e a satisfação de seus clientes.

Periodicamente são feitas auditorias para análise dos nossos processos e orientação para que as rotinas estejam de acordo com o Sistema de Garantia da Qualidade, legislação da ANEEL, fiscal, e de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

É através do esforço, dedicação e rapidez no atendimento aos nossos consumidores, que conseguimos alcançar êxito.

1.2.1 – DAS CONCESSÕES

Em 28 de junho de 1999 a Hidrelétrica Xanxerê Ltda, hoje **DCELT DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA**, assinou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica Nº 50/99, que regulamenta a exploração dos Serviços de Distribuição de Energia Elétrica. A referida Concessão e o Contrato tiveram seu prazo de vigência até 07 de julho de 2015, e poderia ser prorrogado, desde que solicitado com antecedência de 36 meses, o que foi efetivado, formalmente, em 05 de julho de 2012.

Após a solicitação, o Poder Concedente deveria manifestar-se, entretanto não o fez. Expirada a vigência do contrato de concessão nº 050/1999, em 07 de julho de 2015, permanecemos todo o segundo semestre do mesmo ano, na incerteza ou não da sua



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

prorrogação. Obviamente este fato, acarretou apreensões, postergação de decisões importantes sobre investimentos, e, tomada imperiosas de determinadas providências. Somente, em 15 de dezembro de 2015 assinamos o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 050/1999, prorrogando a vigência até 07 de julho de 2045.

1.2.2 – CONTROLADORIA

O setor elétrico passa por constantes mudanças, influenciadas pelos fatores econômicos, financeiros e sociais que interferem na realização dos objetivos e estratégias da empresa. Diante deste cenário faz-se necessário a Controladoria que se torna indispensável, pois está diretamente ligada ao processo de gestão, disponibilizando instrumentos que podem ser utilizados pela direção da empresa na obtenção da eficácia.

Então a Controladoria está intimamente ligada ao processo de gestão e a busca pela eficácia organizacional.

A área desde que foi criada vem desenvolvendo os novos processos e readequando os mesmos com foco em melhoria continua e redução de custos para contribuir com o objetivo da transparência e culminando positivamente com a modicidade tarifaria.

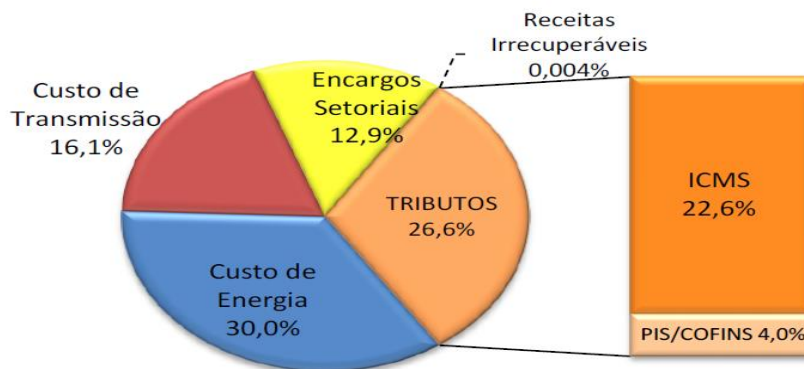
1.3 – TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA

O Contrato de Concessão da **DCELT** estabelece um reajuste anual para as tarifas de energia elétrica da empresa e a revisão nas tarifas, a cada 05 anos. A partir do dia 29 de agosto de 2020 através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.759 de 25 de agosto de 2020, as tarifas de fornecimento de energia elétrica da **DCELT**, foram reajustadas pelo índice de reajuste tarifário anual médio de 1,07 (um virgula zero sete por cento), sendo a percepção média pelos consumidores conectados em alta tensão (AT) de -0,60% e pelos consumidores de baixa tensão (BT) de 1,98%.

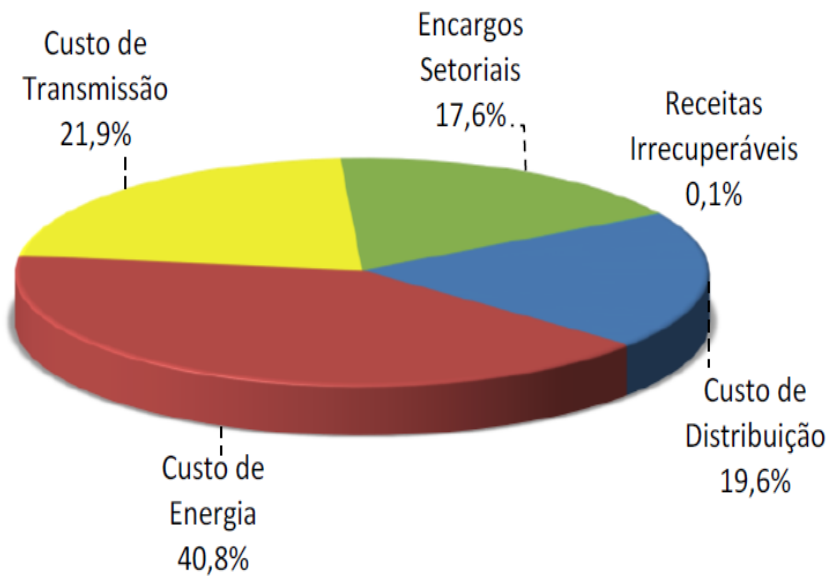
1.3.1 – COMPOSIÇÃO DA TARIFA DE ENERGIA

A tabela abaixo demonstra a participação dos itens das Parcelas A e B na composição da Receita Anual com Tributos, a participação de cada segmento na composição da receita da **DCELT**, ou seja, quanto de cada conta de energia elétrica se destina aos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aí inclusos os custos de operação e manutenção (O&M), a depreciação dos ativos e a remuneração do capital investido,

bem como se destina ao pagamento dos encargos setoriais e dos tributos. Apenas os tributos incidentes diretamente sobre o valor faturado pela concessionária foram considerados, tendo sido utilizados médias nominais de **22,60%** para o ICMS, de **4,00%** para o PIS e COFINS, totalizando estes tributos um cálculo por dentro de **26,60%**, incidentes sobre a fatura contendo os tributos em sua base de cálculo, conforme estabelecido na legislação pertinente.



Participação dos Itens das Parcelas A e B na Receita Anual



40,80 %	Custo de Energia
21,90 %	Custo de Transmissão
19,60 %	Custo de Distribuição - É gasto com pagamento do salários, encargos sociais, plano de saúde para os empregados, manutenção de redes e subestação de distribuição, investimentos em novas redes de distribuição, novas tecnologias, pesquisa e desenvolvimento, eficiência energética, infra-estrutura, programas sociais, treinamentos, pagamentos de impostos e remuneração dos investimentos.
17,60 %	Encargos Setoriais



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

1.4 - OBRAS NO SISTEMA ELÉTRICO

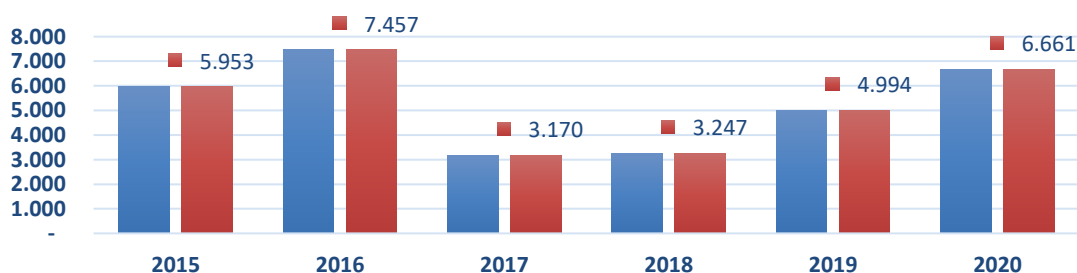
No ano de 2020, a **DCELT** executou as obras de maior prioridade, atendendo as solicitações do mercado bem como os trabalhos de manutenção preventiva do sistema elétrico. A **DCELT** executou seu programa de obras atendendo plenamente as solicitações do mercado de energia elétrica, realizando investimentos de R\$ 6.660.678,11 proporcionando um fornecimento de energia elétrica em condições técnicas excelentes com elevados padrões de qualidade, confiabilidade e segurança, nos municípios de sua área de concessão.

Os investimentos aplicados em 2020 que totalizaram o valor de R\$ 6.660.678,11 foram imobilizados nas áreas a seguir:

Linhas e Redes	R\$: 4.938.086,73
Veículos	R\$: 203.056,75
Medidores	R\$: 1.109.135,84
Tecnologia/Informação/Comunicação	R\$: 94.955,67
Painéis de Medição	R\$: 201.841,22
Outros	R\$: 113.601,90
<i>Total</i>	R\$: 6.660.678,11

INVESTIMENTOS DA DCELT ENERGIA

EM R\$ MIL



1.5 - BASE DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA

Estabelecida de acordo com o Submódulo 2.3 do Proret:

1. OBJETIVO

1. Estabelecer a metodologia a ser utilizada para definição da Base de Remuneração Regulatória (BRR) nos processos de Revisão Tarifária Periódica (RTP) das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

2. ABRANGÊNCIA

2. Os procedimentos deste Submódulo aplicam-se a todas as revisões tarifárias de concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.

3. CRITÉRIOS GERAIS

3.1. COMPOSIÇÃO DA BASE DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA – BRR

3. Os ativos da concessionária são remunerados por meio da Base de Remuneração Regulatória e da Base de Anuidade Regulatória.

4. A Base de Remuneração Regulatória (BRR) é composta pelos valores dos seguintes itens:

I – Ativo Imobilizado em Serviço (AIS), avaliado e depreciado (ou amortizado, conforme caso específico), considerando os seguintes grupos de contas de ativos:

i) Terrenos – Distribuição, Geração;

ii) Reservatórios, barragens e adutoras;

iii) Edificações, obras civis e benfeitorias – Distribuição, Geração; e

iv) Máquinas e equipamentos – Distribuição, Geração.

II – Intangível, considerando a conta de Servidões;

III – Almojarifado de operação; e

IV – Obrigações especiais.

5. A Base de Anuidade Regulatória (BAR) é composta por valores equivalentes aos seguintes grupos de contas do AIS e Intangível:

I – Intangível – Software, Outros;

II – Terrenos – Administração;

III – Edificações, obras civis e benfeitorias – Administração;

IV – Máquinas e equipamentos – Administração;

V – Veículos; e

VI – Móveis e utensílios.

6. A remuneração, amortização e depreciação (exceto de terrenos) referentes à BAR são dadas em forma de anuidades, conforme o Submódulo 2.1 do Proret.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

As Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia elétrica (Obrigações Especiais), estão apresentadas como redução do ativo imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001. Representam os valores da União, Estados e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para a concessão de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

1.6 - DISTRIBUIÇÃO, LINHAS E REDES:

A posição no Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em 2020 é a seguinte:

<u>MATERIAIS</u>	<u>ÁREA URBANA</u>	<u>ÁREA RURAL</u>	<u>TOTAL</u>
Postes	13.635	16.963	30.598
Extensão RD (Km)	509,53	1.543,14	2.052,67
Trafos (Potência) Kva	69.997,50	53.340,00	123.337
Quantidade de Trafos	836	2.392	3.228

1.7 - MEDIÇÃO

No ano de 2020 foram adquiridos 3.117 medidores e em 2019 foram adquiridos 3.140. Estes materiais proporcionaram manter o sistema elétrico com boa qualidade técnica e, enfrentar o crescimento social e econômico atendendo a todas exigências do mercado de energia elétrica na área de concessão da **DCELT**.

1.8 EQUIPAMENTOS DE REDE

No ano de 2020 foram efetivados muitos investimentos, mas vale destacar as aquisições abaixo:

- adquiridos e instalados 03 religadores, totalizando 32 religadores instalados na rede, o que proporciona a melhoria na qualidade do serviço e nos índices de continuidade agilizando o monitoramento da rede e agilizando a retomada de forma automatizada na maioria das situações de quedas de energia instantaneas,



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

- b) adquiridos e instalados mais 03 bancos de capacitores com o objetivo de melhoria das perdas técnicas e;
- c) adquirido e instalado banco de regulador de tensão de 100 A, o qual está beneficiando a localidade de Entre Rios e Ipuauçu refletindo na qualidade nos níveis de tensão.

Estes equipamentos proporcionaram manter o sistema elétrico com excelência em qualidade técnica e, enfrentar o crescimento social e econômico atendendo a todas as exigências do mercado de energia elétrica na área de concessão da **DCELT**.

2 - DIRETRIZES

- ✓ **Aprimorar a prestação do serviço público de energia elétrica em quantidade e qualidade requeridas pelo mercado.**
- ✓ **Promover o desenvolvimento e progresso dos municípios de sua área de concessão.**
- ✓ **Promover a constante valorização dos recursos humanos.**
- ✓ **Capacitar a DCELT para enfrentar as dificuldades provenientes da escassez de energia elétrica prevista para os próximos anos.**
- ✓ **Participar ativamente da sociedade, estreitando os laços de parceria e atenção junto a comunidade.**

3 - QUALIDADE DA ENERGIA ELÉTRICA

O índice F E C - Frequência de Interrupção por Consumidor - exprime o número de interrupções que, em média, ocorreram em cada unidade consumidora durante o ano.

O índice D E C - Duração de Interrupções por Consumidor - exprime o espaço de tempo (horas) que, em média, cada unidade consumidora ficou sem energia elétrica durante o ano.

A EVOLUÇÃO DESSES ÍNDICES É APRESENTADA A SEGUIR:

2016		2017		2018		2019		2020	
<u>DEC</u>	<u>FEC</u>	<u>DEC</u>	<u>FEC</u>	<u>DEC</u>	<u>FEC</u>	<u>DEC</u>	<u>FEC</u>	<u>DEC</u>	<u>FEC</u>
10,01	10,45	11,12	9,38	7,21	6,14	7,50	5,53	6,34	5,26

DGC Desempenho Global de Continuidade

2016	2017	2018	2019	2020
0,98	0,97	0,63	0,62	0,55

Tabela II – Indicador de Desempenho Global de Continuidade: número de unidades consumidoras menor ou igual a 400.000

Posição no Ranking	DGC	Sigla	Empresa	Região
1º	0,23	MUXENERGIA	MUXFELDT MARIN E CIA LTDA	SU
2º	0,33	EBO	ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	NE
3º	0,47	EFLJC	EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA	SU
3º	0,47	DMED	DME DISTRIBUIÇÃO S.A. - DMED	SE
5º	0,53	EFLUL	EMPRESA FORÇA E LUZ DE URUSSANGA LTDA	SU
6º	0,56	ENF	ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	SE
7º	0,57	ELFSM	EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A	SE
8º	0,59	HIDROPAN	HIDROPAN DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	SU
9º	0,62	SULGIPE	COMPANHIA SUL SERGIPANA DE ELETRICIDADE	NE
9º	0,62	IENERGIA	IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.	SU
11º	0,63	CHESP	COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP	CO
12º	0,77	ELETROCAR	CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO SA	SU
13º	0,78	DEMEI	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ	SU
14º	1,00	COCEL	COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA	SU
15º	1,12	COOPERALIANÇA	COOPERATIVA ALIANÇA	SU
16º	1,19	UHENPAL	NOVA PALMA ENERGIA LTDA	SU
17º	-	FORCEL ⁽¹⁾	FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA	SU

⁽¹⁾ A distribuidora não apresentou a certificação do processo de coleta e apuração dos indicadores de continuidade. Além disso, apresentou inconsistências na análise dos indicadores realizada pela SFE.

Em 2020, a ANEEL estabeleceu os limites para a concessão de DEC = 11 e FEC = 10.



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Observa-se que a **DCELT**, em 2020, cumpriu os limites estabelecidos com margem significativamente melhor. Isso foi fruto do investimento e da estratégia e inteligência da equipe técnica e administrativa da empresa.

Em 2020 o Centro de Teleatendimento - CTA, da **DCELT**, proporcionou atendimento ao consumidor durante as 24 horas do dia, manteve um bom desempenho registrando 32.358 atendimentos (informações, reclamações e serviços).

A **DCELT** possui o COD – Centro de Operação da Distribuição, este Centro comanda e supervisiona todas as operações da distribuição da área de concessão, especialmente nas manutenções de emergências, o que culminou em uma grande redução no tempo de correção de defeitos e ainda com maior qualidade e segurança.

O Tempo Médio de Atendimento de Ocorrências = TMA que afere o tempo médio despendido para restabelecer o fornecimento de energia elétrica aos consumidores, apresentou o seguinte tempo:

<u>Intervalo de tempo</u> <u>(minutos)</u>	<u>Nº de ocorrências</u>
142,69	4.078

Destacamos que a **DCELT** alcançou um fornecimento de energia elétrica com qualidade e segurança, devido aos investimentos efetuados no ano de 2020, e a busca constante da qualidade de atendimento.

Em continuidade ao aperfeiçoamento do Centro de Operação da Distribuição – COD a **DCELT** conta com o sistema MIG da empresa USEALL. O MIG é um sistema desenvolvido para suportar todos os processos de redes de distribuição de energia elétrica incluindo o planejamento, projeto, construção e operação e prove a dimensão ao atendimento técnico com as seguintes funções principais:

- Determinação do provável ponto de defeito ou falha na rede elétrica.
- Call Center Técnico.
- Visualização das áreas sem energia no sistema elétrico.
- Localização automática dos consumidores com imediata visualização. DEC/FEC - índices, de qualidade e confiabilidade.
- Cálculos elétricos da rede primária.
- Integração com o Sistema de Controle Patrimonial, visando o perfeito controle e apresentação do Relatório de Controle Patrimonial – RCP.

3.1 - SISTEMA INTERLIGADO

A **DCELT** recebe a energia elétrica gerada pelo sistema interligado, estando conectada eletricamente aos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, formando a Região Sul. No Estado de Santa Catarina o município de Xanxerê é privilegiado, pois é onde se localiza um dos mais fortes pontos de conexão entre o sistema de distribuição com o sistema de transmissão interligado. A maior parte da energia elétrica fornecida para a região Oeste de Santa Catarina é transmitida a partir de Xanxerê.

3.2 - MEDIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.2.1 - COMBATE AS IRREGULARIDADES NA MEDIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Sempre mantendo o foco no combate as irregularidades, em 2020, foi encontrada 01 ocorrência que representou furto de energia.

Todas as formalidades foram efetivadas pelas equipes Comercial e Jurídica.

3.2.2 - AFERIÇÃO DE MEDIDORES

Em 2020 foram aferidos 1.596 Medidores de Energia Elétrica, buscando o acompanhamento e monitoramento das medições efetuadas na área de concessão da **DCELT**.

3.2.3 - VISTORIAS DE UNIDADES CONSUMIDORAS

Em 2020 foram vistoriadas 1.205 unidades consumidoras, sendo ligações novas, reformas, alteração de fases e também unidades consumidoras já energizadas.

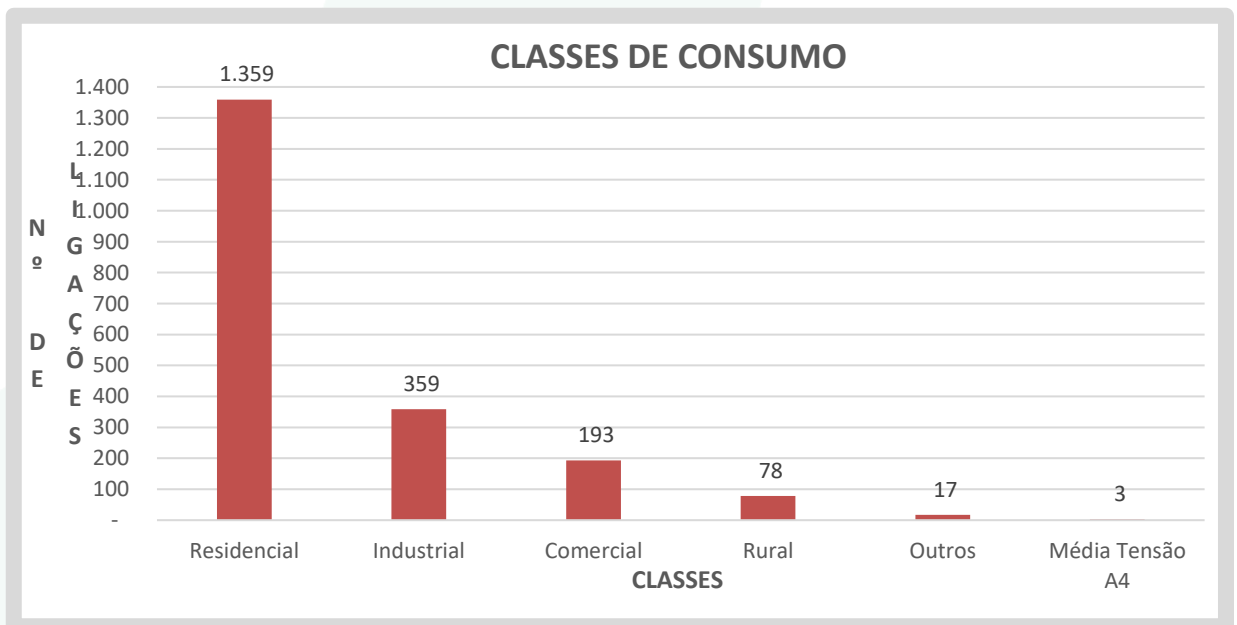
3.2.4 – LIGAÇÕES NOVAS

A **DCELT**, durante o ano de 2020, energizou 1014 unidades consumidoras na classe residencial, 119 unidades na classe industrial, 118 unidades na classe comercial, 99 unidades da classe rural, 07 unidades na classe poder público, 03 ligações na classe serviço público e baixada 01 unidade consumidora na classe consumo próprio,

totalizando 1.356 ligações novas no grupo baixa tensão. Foram energizadas também 3 unidades consumidoras na classe Média Tensão. Sendo assim, em 2020 foram energizadas 1.359 unidades consumidoras.

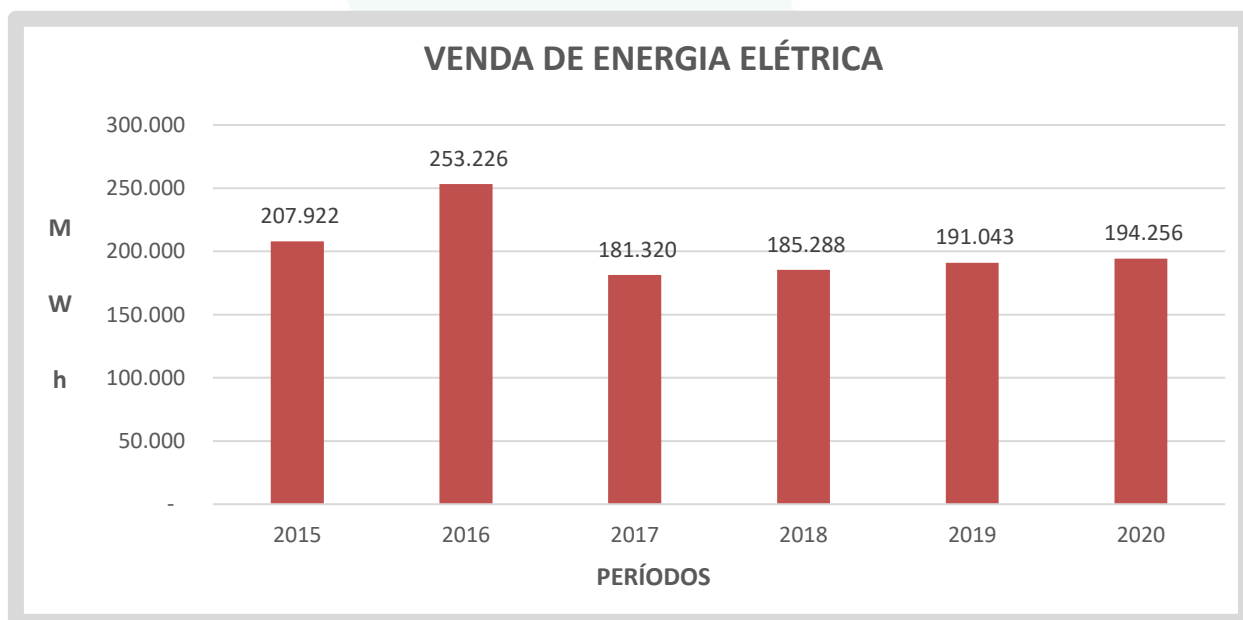


As ligações novas efetuadas no ano de 2020 estão distribuídas em todas as classes com o seguinte perfil:



4 - MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

A **DCELT** manteve, em 2020, a qualidade dos serviços realizando diversos investimentos em seu Sistema Elétrico. Teve aumento praticamente vegetativo no seu mercado de energia, visto a migração de consumidores para o Mercado Livre, bem como o aumento de consumidores com Microgeração.

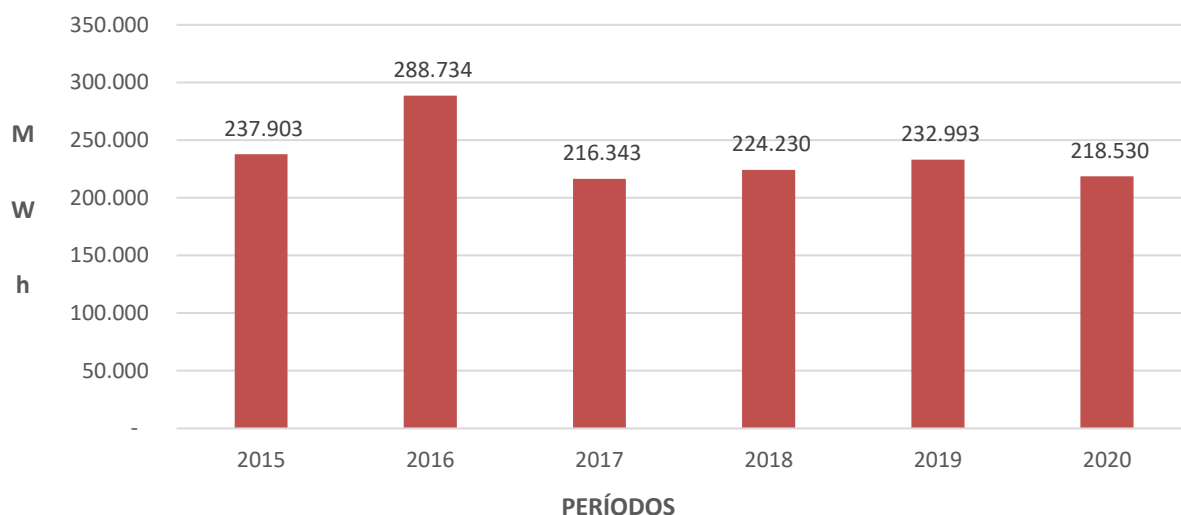




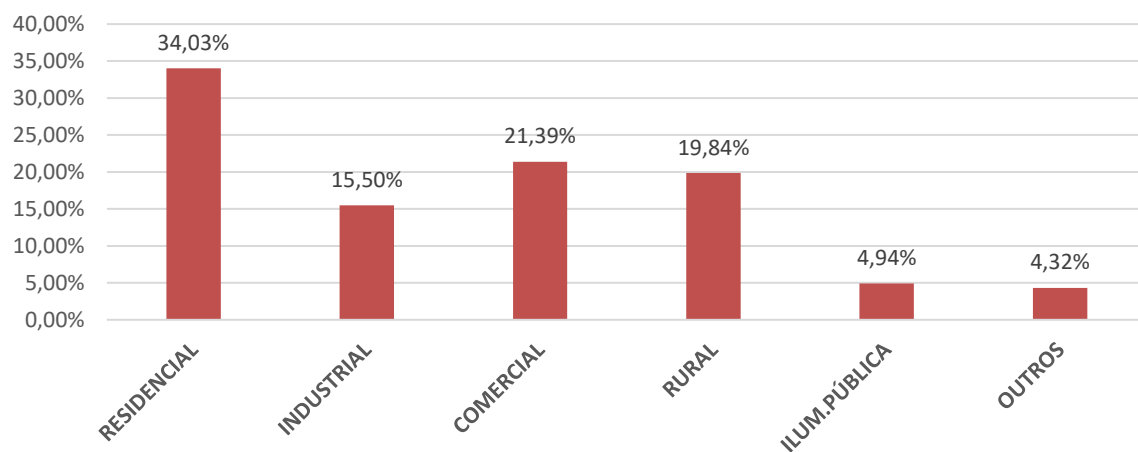
DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA

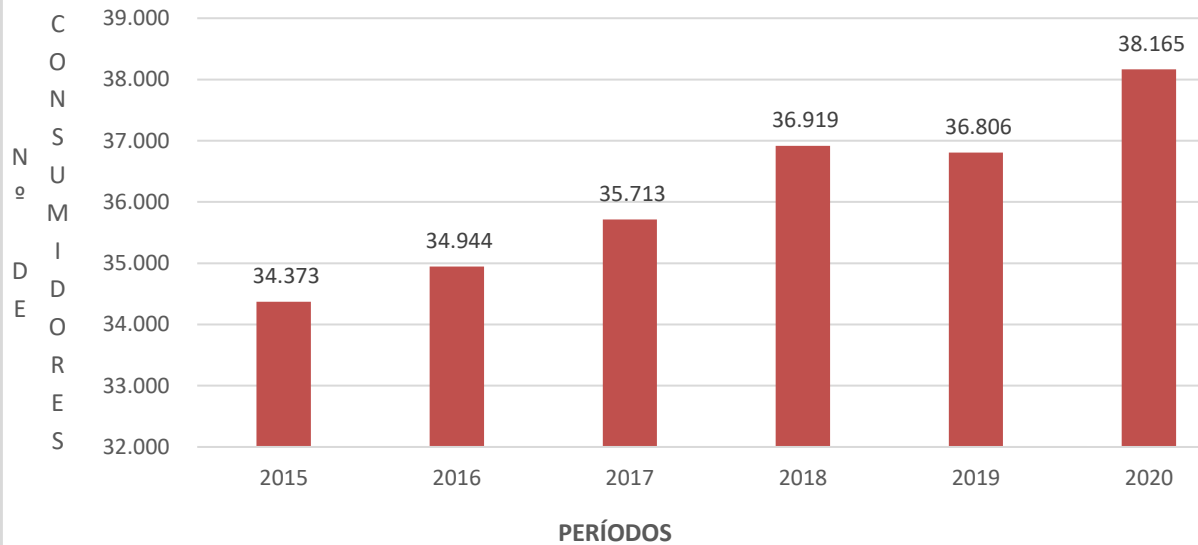


COMPOSIÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA

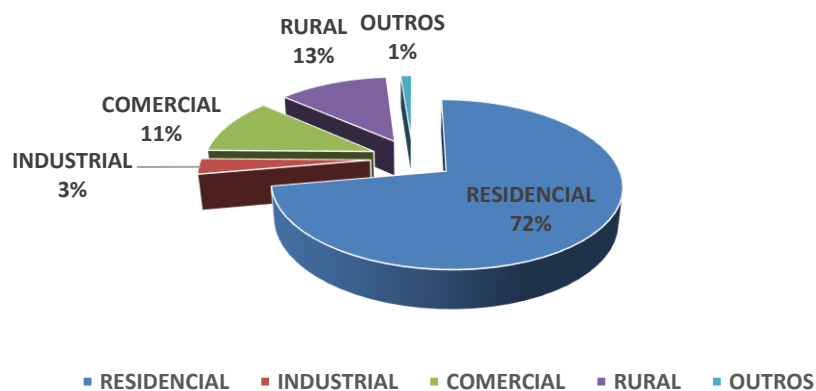


Foram incorporados ao mercado 1.359 novos consumidores, totalizando no final do ano **38.165**, com um acréscimo de 1,04% em relação ao ano de 2019.

Nº DE CONSUMIDORES



COMPOSIÇÃO DOS CONSUMIDORES

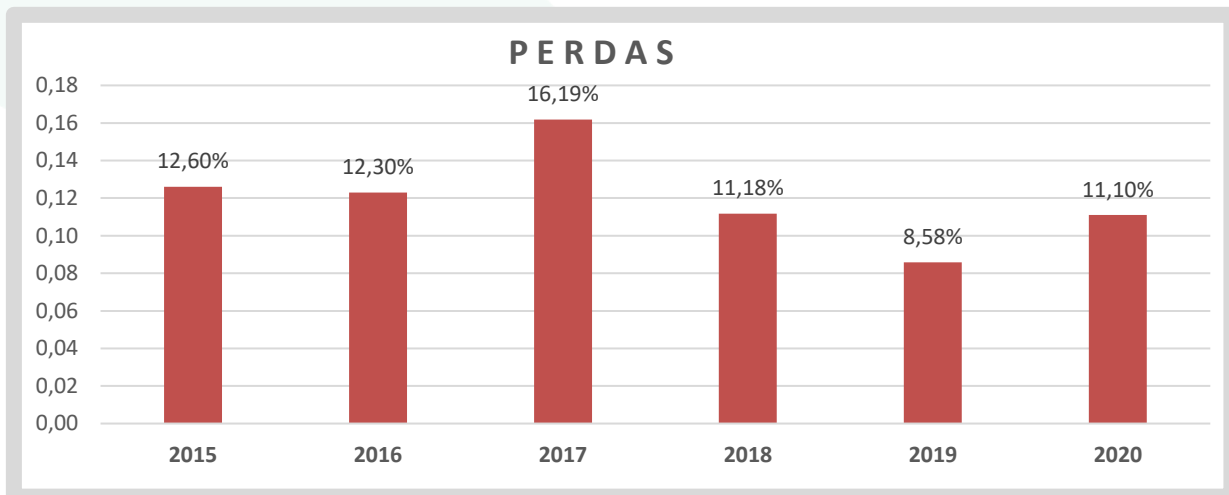


As perdas de energia elétrica, definida pela diferença entre a energia requerida e a energia vendida, foram de 24.274 MWh, representando um percentual de 11,10%.



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica



4.1 - DADOS GERAIS DO CONSUMO

A **DCELT** atende aos municípios de Xanxerê, Xaxim, Marema, Lajeado Grande, Entre Rios e parte de Bom Jesus e Ipuacu, totalizando a área de 1.252 km², com uma população estimada de 80.000 habitantes.

ENERGIA ELÉTRICA TOTAL

<u>ANO</u>	<u>KWh/Habitante</u>	<u>KWh/Consumidor</u>
2010	2.546	6.883
2011	2.648	6.773
2012	2.691	6.645
2013	2.466	5.960
2014	2.573	6.221
2015	2.599	6.049
2016	2.370	5.427
2017	2.266	5.077
2018	2.316	5.019
2019	2.388	5.103
2020	2.428	5.002

4.2 - RECURSOS HUMANOS

O número de empregados da **DCELT** em Dezembro de 2020 foi de 108. A seguir, apresentamos os índices de Consumidor e Consumo, por Empregado.

<u>ANO</u>	<u>Nº DE EMPREGADOS</u>	<u>VARIAÇÃO</u>	<u>Nº Consumidores/Empregado</u>	<u>MWh/Empregado</u>
2010	94	-8,74%	315	2.169
2011	104	-10,64%	301	2.038
2012	107	2,80%	303	2.284
2013	113	5,61%	222	1.176
2014	115	1,77%	292	1.016
2015	123	6,50%	279	1.690
2016	117	-4,88%	299	1.621
2017	116	-0,86%	308	1.563
2018	114	-0,98%	324	1.625
2019	113	-0,88%	331	1.691
2020	108	-4,42%	360	1.799

5 – INADIMPLÊNCIA

Registramos, face a conjuntura política/financeira que atravessa o País, a continuação de considerável nível de INADIMPLÊNCIA no patamar de mais de 1,9 milhões de reais registrados em 31 de dezembro de 2020.



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Valores Expressos em Reais

LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

<u>ATIVO</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>CIRCULANTE</u>		
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	7.150.280,35	1.232.670,27
Contas a Receber de Clientes.....	14.382.489,83	12.465.401,46
Impostos e Contribuições a Recuperar.....	33.247,99	25.447,67
Estoques.....	772.254,07	624.580,81
Serviços Pedidos em Curso.....	60.891,50	1.297.573,03
Adiantamento a Fornecedores.....	233.908,30	13.234,00
Exposição Involuntária.....	1.274.893,20	1.274.184,11
Alienação de bens e direitos.....	894.290,08	3.950.000,00
Ativos Financeiros Setoriais.....	2.799.340,65	9.483.225,27
Outros Créditos a Receber.....	126.051,19	133.989,50
	<u>27.727.647,16</u>	<u>30.500.306,12</u>
<u>NÃO-CIRCULANTE</u>		
Realizável a Longo Prazo		
Depósitos Judiciais.....	34.305.347,56	33.289.650,07
Impostos e Contribuições a Recuperar.....	53.094,56	47.326,78
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	1.876.901,89	1.931.798,71
Ativo Financeiro da Concessão.....	3.346.320,30	3.073.201,98
Intangível.....	22.919.174,66	25.515.427,47
	<u>62.500.838,97</u>	<u>63.857.405,01</u>
TOTAL DO ATIVO.....	<u>90.228.486,13</u>	<u>94.357.711,13</u>



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

<u>PASSIVO</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>CIRCULANTE</u>		
Fornecedores.....	14.738.630,95	9.040.402,88
Empréstimos e Financiamentos.....	247.708,91	296.030,58
Folha de Pagamento.....	544.686,29	552.324,62
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher.....	8.693.202,00	13.547.713,53
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio.....	86.260,57	86.260,57
Obrigações Estimadas.....	2.028.116,32	1.740.638,37
Encargos do Consumidor.....	6.076.248,38	4.558.757,25
Passivos Financeiros Setoriais.....	2.406.012,74	9.019.902,58
Outras Contas a Pagar.....	875.889,52	803.581,79
	<u>35.696.755,68</u>	<u>39.645.612,17</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Empréstimos e Financiamentos.....	431.926,46	663.300,07
Provisão p/processos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas..	38.841.626,46	37.378.028,39
Tributos Diferidos.....	1.137.748,89	1.044.888,68
Outras Contas a Pagar.....	28.044,24	31.609,68
	<u>40.439.346,05</u>	<u>39.117.826,82</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		
Capital Social.....	6.387.636,00	6.387.636,00
Reservas de Lucros.....	457.263,95	457.263,95
Reservas de Reavaliação Patrimonial.....	1.286.575,36	1.286.575,36
Recursos Destinados a Aumento de Capital.....	228.055,60	2.769.506,00
Lucros (Prejuízos) Acumulados.....	5.732.853,49	4.693.290,83
	<u>14.092.384,40</u>	<u>15.594.272,14</u>
TOTAL DO PASSIVO.....	<u>90.228.486,13</u>	<u>94.357.711,13</u>



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

CONCILIAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO E INTANGÍVEL SOCIETÁRIO COM O ATIVO IMOBILIZADO REGULATÓRIO – ICPC 01 E OCPC 05

	<u>2020</u>	<u>2020</u>		<u>2019</u>	<u>2019</u>	
	Societário	Regulatório	Conciliação	Societário	Regulatório	Conciliação
CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de Caixa.	7.150.280,35	7.150.280,35	-	1.232.670,27	1.232.670,27	-
Contas a Receber de Clientes.	14.382.489,83	14.382.489,83	-	12.465.401,46	12.465.401,46	-
Impostos e Contrib. a Recup..	33.247,99	33.247,99	-	25.447,67	25.447,67	-
Estoques.....	772.254,07	772.254,07	-	624.580,81	624.580,81	-
Serviços Pedidos em Curso....	60.891,50	60.891,50	-	1.297.573,03	1.297.573,03	-
Adiantam. a Fornecedores....	233.908,30	233.908,30	-	13.234,00	13.234,00	-
Exposição Involuntária.....	1.274.893,20	1.274.893,20	-	1.274.184,11	1.274.184,11	-
Alienação de bens e direitos.	894.290,08	894.290,08	-	3.950.000,00	3.950.000,00	-
Ativos Financeiros Setoriais..	2.799.340,65	2.799.340,65	-	9.483.225,27	9.483.225,27	-
Outros Créditos a Receber...	126.051,19	126.051,19	-	133.989,50	133.989,50	-
	27.727.647,16	27.727.647,16	-	30.500.306,12	30.500.306,12	-
NÃO-CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Depósitos Judiciais.....	34.305.347,56	34.305.347,56	-	33.289.650,07	33.289.650,07	-
Impostos e Contrib. a Recup.	53.094,56	53.094,56	-	47.326,78	47.326,78	-
I. Renda e C. Social Diferidos..	1.876.901,89	1.876.901,89	-	1.931.798,71	1.931.798,71	-
Ativo Financ. Ind. de Conces..	3.346.320,30	-	3.346.320,30	3.073.201,98	-	3.073.201,98
IMOBILIZADO.....	-	51.271.395,30	(51.271.395,30)	-	48.525.745,58	(48.525.745,58)
INTANGÍVEL.....	22.919.174,66	5.820,34	22.913.354,32	25.515.427,47	7.068,99	25.508.358,48
	62.500.838,97	87.512.559,65	(25.011.720,68)	63.857.405,01	83.801.590,23	(19.944.185,12)
TOTAL DO ATIVO.....	90.228.486,13	115.240.206,81	(25.011.720,68)	94.357.711,13	114.301.896,25	(19.944.185,12)



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

DEMONSTRATIVO DO RESULT. DOS EXERC. FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Valores Expressos em Reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	103.271.287,36	92.576.978,93
<u>CUSTOS/DESPESAS OPERACIONAIS</u>		
Energia Elétrica Comprada para Revenda.....	(43.200.121,62)	(38.060.204,02)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(37.410.592,06)	(30.349.177,14)
Pessoal.....	(13.934.948,79)	(14.633.573,42)
Material.....	(1.045.401,73)	(1.124.496,76)
Serviço de Terceiros.....	(2.978.978,62)	(2.666.070,10)
Depreciação e Amortização.....	(1.440.169,82)	(1.398.233,56)
Aluguéis e Leasing.....	(735.581,86)	(719.501,18)
Outros.....	(1.569.012,64)	(1.958.929,09)
	(102.314.807,14)	(90.901.185,27)
LUCRO OPERAC. ANTES DO RESULT. FINANCEIRO.....	956.480,22	1.666.793,66
<u>RESULTADO FINANCEIRO</u>		
Receitas Financeiras.....	1.451.550,73	909.637,22
Despesas Financeiras.....	(739.499,07)	(924.019,42)
	712.051,66	(14.382,20)
RESULTADO OPERAC.ANTES DA C. SOCIAL E I. RENDA	1.668.531,88	1.652.411,46
Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente.....	(481.212,19)	(799.210,07)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido.....	(147.757,03)	(139.177,68)
	(628.969,22)	(938.387,75)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	1.039.562,66	714.023,71



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

6 - FATOS SUPERVENIENTES

Finalmente, não podemos deixar de registrar, neste relatório, os reconhecimentos:

Pelo Município de Xanxerê, em agosto de 2020

- a) Troféu de 2º lugar na Classificação Geral Movimento Econômico no Município de Xanxerê – Ano Base 2018, exercício de 2019, demonstrando a importância da DCELT no desenvolvimento do município de Xanxerê.

Embora no primeiro semestre do ano 2020 a pandemia do coronavírus tenha provocado abalos nos mercados globais e paralisado atividades econômicas no mundo todo, com impactos na produção industrial, agricultura, emprego e renda, em Xanxerê, a situação embora notável, foi de menor impacto, em questões econômicas.

Isso prova que a recuperação da atividade econômica substituirá as projeções deficitárias, e as bases sólidas que foram calcadas pelo setor empresarial e agrícola durante todos os anos antecessores serão fundamentais para o recomeço.

7 - PARECER DA DIRETORIA

A **DCELT** mantém presente o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão e a modicidade das tarifas, apresentando bom desempenho na qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Da análise geral constatamos que a **DCELT** revela-se uma empresa operacionalmente rentável, o que também se apresenta como cenário técnico e econômico-financeiro para os próximos anos.

Das análises técnicas, econômicas e financeiras a **DCELT** apresenta-se como uma Concessionária de Energia Elétrica ajustada à nova realidade brasileira e apta para enfrentar novos desafios.

Como ora já salientado, o ano de 2020 foi imensamente atípico por conta da PANDEMIA DO COVID-19. O medo presente do contágio em todo o mundo, no Brasil e em nossa área de concessão culminou em adequarmos nosso posicionamento de comunicação e integração com nossos colaboradores e consumidores.

A **DCELT** agiu rapidamente e além de adaptar prontamente as normas de segurança na operação nas redes, nos pontos de atendimento, nos escritórios técnicos e de administração, criou novos polos de atendimento virtual com ferramentas de mídia social amplamente



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

divulgadas. Buscou facilitar os meios digitais de pagamento, oportunizando aos consumidores a não necessidade de irem as instituições financeiras.

A **DCELT**, de encontro com sua política e postura de participar lado a lado com a comunidade proporcionou a doação de diversos itens de necessidade ao combate a pandemia do COVID-19, como 17 galões de álcool gel 70º - 4,5 lt., 3.276 litros de álcool etílico 70º, 7.400 luvas descartáveis, 90 litros de detergente para limpeza, 60 pares de luvas nitrílicas e 50 cestas de alimentos, bem como despesa de pessoal de apoio a distribuição e 02 monitores cardiacos.

O êxito que a **DCELT** vem obtendo em sua busca de adaptação às mudanças constantes na realidade do setor elétrico bem como nas necessidades diárias de seus consumidores num mundo digital, se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial e a dedicação dos seus colaboradores.

Assim, finalizamos esse relatório do fechamento do ano de 2020 sabendo que 2021 será um ano de muitos desafios ainda no combate e controle da Pandemia do Covid-19 acarretando em contínuo aprendizado de nossa gestão para a continuidade das melhorias necessárias a serem feitas diante das dificuldades que o cenário se apresenta, mas na certeza que os planejamentos necessários e o engajamento dos colaboradores são armas certas que já temos disponíveis, ajustes virão e o desejo de vitória é certo.

Como sempre, agradecemos à competência e dedicação de nossos colaboradores, que não medem esforços, com eficiência e capacidade, no desempenho de suas atribuições. Aos nossos consumidores e a todos que nos apoiam e acreditam em nosso trabalho em prol do engrandecimento da Companhia e desta região.

A ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Salles Lite Filho – Diretor

Ana Paula Torres – Diretora

Antonio Claudio Baldissera – Diretor

Wagner Luiz Teles – Contador
CRC 16.365 – CPF: 607.476.769-68